



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

REQUERIMENTO N.º DE 2011.

(Do Sr. Dr. Ubiali)

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, com a finalidade de discutir possível boicote de laboratórios e distribuidores de medicamentos em licitações de órgãos públicos nos casos que a lei federal obriga a concessão de descontos.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 255 c/c/ com o art. 24, II do Regimento Interno, que seja realizada audiência pública com a finalidade de obter esclarecimentos a respeito de possível boicote a licitações de órgãos públicos feito por laboratório e distribuidores de órgãos públicos para a compra de remédios nos casos em que a lei federal obriga concessão de descontos.

Requeiro que sejam convidados para participarem da Audiência Pública:

- 1) Antônio Britto - Presidente da Interfarma – Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa;
- 2) Representante do Sindusfarma – Sindicato da Indústria Paulista;
- 3) Representante da Regional de Bauru da Secretaria de Saúde de São Paulo.

JUSTIFICAÇÃO

A matéria veiculada na Folha de S.Paulo no dia 04 de abril de 2011 revela que laboratórios e distribuidores de medicamentos vêm boicotando licitações de órgãos públicos para a compra de remédios nos casos em que a lei federal

obriga a concessão de descontos. A denúncia partiu do governo de São Paulo. São remédios adquiridos por ordem judicial, quando o doente ganha o direito de recebê-los do Estado. Conforme norma de 2006 da CMED (Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos), órgão federal, o desconto de 25% é obrigatório nesses casos.

A regra foi questionada na Justiça pela indústria, que perdeu. Quem descumpri-la está sujeito a multa de até R\$ 3 milhões ou interdição. Segundo o governo, o boicote a licitações se disseminou no Estado. Com isso, acaba pagando até 20% a mais pelos medicamentos, pois os compra diretamente na farmácia. Remédios distribuídos pelo governo por decisão judicial movimentam R\$ 300 milhões ao ano.

Segundo o governo, o boicote a licitações se disseminou no Estado. Com isso, acaba pagando até 20% a mais pelos medicamentos, pois os compra diretamente na farmácia. Remédios distribuídos pelo governo por decisão judicial movimentam R\$ 300 milhões ao ano.

O Ministério Público Federal em Bauru abriu inquérito para apurar indícios de ação premeditada, a partir de dossiê entregue pela regional da Secretaria da Saúde. Os documentos, obtidos pelo Jornal Folha de S.Paulo dizem que, quando procurados por ofício para que entreguem os remédios, "fornecedores, distribuidores e fabricantes se recusam a vender ou não respondem" ao pedido.

Apontam que 66 laboratórios deixaram de vender 430 itens, que correspondem a 351 medicamentos, nas licitações abertas pela regional de Bauru em 2010. Nessa lista há drogas para câncer, Parkinson, hepatite, hipertensão, entre outras, fabricadas pelos maiores laboratórios do mundo, como Abbot, AstraZeneca, Bayer, Merck, Medley e Roche.

A secretaria não só confirma a suposta irregularidade em Bauru como diz que isso ocorre em "várias regiões".

O presidente da Interfarma (Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa), Antônio Britto, disse que desconhece qualquer boicote a licitações e que 20% do mercado de medicamentos tem órgãos públicos como compradores.

A entidade recorreu ao STJ em 2007 contra a lei que exige o

desconto em vendas governamentais por entender que ela é "arbitrária e ilegal".

Para o Sindusfarma (sindicato da indústria paulista), cabe a cada empresa se pronunciar, pois se trata de "decisão comercial, baseada em interesses específicos e/ou estratégias de mercado".

Além disso, diz, laboratórios vendem anualmente, com desconto, "centenas de milhões de reais em remédios para os governos federal, estaduais e municipais".

Para esclarecer melhor a situação, necessário se faz ouvir as partes envolvidas para prestar esclarecimentos.

Conto com o apoio dos colegas para aprovação do presente Requerimento.

Sala das Comissões, em de de 2011.

Deputado **Dr. Ubiali**